

POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE: A EFETIVAÇÃO DA COBERTURA VACINAL EM POLICIAIS CIVIS NO ESTADO DE SÃO PAULO

PUBLIC HEALTH POLICY: THE EFFECTIVENESS OF VACCINE COVERAGE IN CIVIL POLICE IN THE STATE OF SÃO PAULO

202

Tereza Cristina Silva¹, Gizelda Monteiro da Silva²

1- *Docente da Escola Técnica Estadual Uirapuru, São Paulo - SP (ETEC – Uirapuru) e mestre pelo Programa de Pós-Graduação do IAMSPE – Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual;* 2- *Doutora em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo (USP) e orientadora do Programa de Pós-Graduação do IAMSPE – Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual.*

Contato: tereza.cristinadasilva@hotmail.com¹; gizeldamonteiro@usp.br²

RESUMO

O policial é um trabalhador que realiza atividades insalubres. Conseqüentemente, está exposto a doenças de alta morbimortalidade. As doenças transmissíveis podem ser controladas por meio da imunização, conforme o Programa Nacional de Imunizações (PNI), que constitui fator fundamental numa sociedade que preza pela saúde dos seus cidadãos. O objetivo desse trabalho é conhecer a situação vacinal desse grupo de profissionais expostos a riscos biológicos, a fim de prevenir doenças imunopreveníveis, através de ações integradas entre órgãos governamentais. A cobertura vacinal, aqui descrita, desenvolveu-se a partir de uma ação integrada entre a Secretaria da Segurança Pública, na sua Divisão de Prevenção e Apoio Assistencial (DPAA). Nesse estudo de campo quantitativo e experimental, foram aplicadas 12.210 doses de vacinas variadas. Entre elas, vacinas contra Hepatite B, Difteria e Tétano (Dupla Adulto), Sarampo, Caxumba e Rubéola (Tríplice Viral), considerando as idades corretas (adequação epidemiológica) e os intervalos corretos (adequação imunológica). Utilizaram-se dados numéricos coletados na campanha de vacinação dos policiais para a construção do trabalho. Obteve-se sucesso na vacinação dos profissionais, de forma que 3.634 policiais foram imunizados contra doenças imunopreveníveis. Além disso, o trabalho realizado proporcionou estímulo à cultura e à manutenção da situação vacinal desse grupo vulnerável, possibilitando a instalação da sala de vacinas no Ambulatório Médico da Polícia Civil, bem como a realização de ações de imunização específicas para esse grupo.

Palavras-chave: Cobertura vacinal. Policiais. Imunizações. Prevenção.

ABSTRACT

The policeman is a worker who performs unhealthy activities. Consequently, he is exposed to diseases with high morbidity and mortality. Communicable diseases can be controlled through immunization, according to the National Immunization Program (PNI), which is a fundamental factor in a society that values the health of its citizens. The objective of this work is to know the vaccination situation of this group of professionals exposed to biological risks, in order to prevent vaccine-preventable diseases, through integrated actions between government agencies. The vaccination coverage, described here, was developed from an integrated action between the Secretariat of Public Security, in its Prevention and Assistance Support Division (DPAA). In this quantitative and experimental field study, they were applied. 12,210 doses of varied vaccines. Among them, vaccines against Hepatitis B, Diphtheria and Tetanus (Adult Double), Measles, Mumps and Rubella (Triple Viral), considering the correct ages (epidemiological suitability) and the correct intervals (immunological suitability). Numerical data collected in the police vaccination campaign were used to build the work. Vaccination of professionals was successful, so that 3,634 police officers were immunized against vaccine-preventable diseases. In addition, the work carried out provided a stimulus to the culture and maintenance of the vaccination situation of this vulnerable group, enabling the installation of the vaccination room in the Civil Police Medical Ambulatory, as well as the carrying out of specific immunization actions for this group.

Keywords: Vaccination coverage. Police. Immunizations. Prevention.

INTRODUÇÃO

Abordar o tema prevenção de doenças infectocontagiosas constitui elemento de fundamental importância para a saúde e seus agentes, bem como para a sociedade. Este tema sócio-político-econômico-cultural vivenciado neste momento é bastante complexo, muitas vezes contraditório e turbulento por envolver competência teórica e compromisso ético profissional com a população.

O interesse por esse tema ocorreu após a realização de uma ação intersetorial entre a SSP (Ambulatório Médico da Polícia Civil) e o IAMSPE (Projeto Prevenir), em 2006, momento em que fizemos uma campanha de cobertura vacinal para os policiais civis de vários departamentos e delegacias, na qual atuei enfaticamente, o que me oportunizou observar a situação vacinal desse grupo profissional, ao qual estou vinculada. Sendo Policial Civil desde 1988 e desenvolvendo as atividades como Enfermeira naquele departamento, desde 1991, após minha graduação, e fundamentada na realidade percebida, surgiu então o interesse de aprofundar meus estudos nessa área, visto que não havia quaisquer registros sobre a situação vacinal daquele grupo exposto a risco biológicos, por atividades insalubres, portanto, vulneráveis a doenças imunopreveníveis. Com base nessa observação, comecei a constatar a necessidade de inserir um novo caminho a ser trilhado, no sentido de proporcionar

aos policiais a imunização necessária e adequada conforme preconiza o Programa Nacional de Imunização, tendo como resultado o estímulo e a conscientização desse grupo da importância da imunização na vida adulta.

A sociedade brasileira, entre outras, desenvolve novas formas de organização social, de vida e de fornecimento de recursos para a promoção da saúde, assim como medidas preventivas de doenças infectocontagiosas, configuradas, neste trabalho, pela proteção específica aos profissionais da segurança pública, considerando a demanda real do Programa Prevenir do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (IAMSPE). São iniciativas como esta que promovem a prevenção de doenças em uma população e exibem a importância do trabalho colaborativo entre órgãos governamentais.

O argumento para realização desta dissertação foi de que a aplicação de um programa de vacinação sistemático e abrangente junto aos policiais civis da cidade de São Paulo era de fundamental importância, considerando que não havia um controle da cobertura vacinal dos profissionais, tampouco uma política de prevenção de doenças.

Como base para a implantação da política de saúde do trabalhador, buscou-se parceria com o Programa Prevenir, que é um programa voltado à prevenção de doenças.

A vacinação compõe, juntamente com outros elementos, uma medida importante para a prevenção das doenças infectocontagiosas e a análise de sua eficiência é fundamental para garantir o sucesso dos programas de imunização como o Programa Prevenir, o qual possui como meta estratégica a reorganização da atenção básica da saúde dos contribuintes do IAMSPE.

O estudo das coberturas vacinais segundo condições de vida fornece uma oportunidade para a investigação acerca da concretização de políticas públicas compensatórias, isto é, intervenções programadas executadas preferencialmente pelo poder público, que buscam diminuir as diferenças entre grupos sociais. (MORAES *et al.*, 2000).

Com a prevenção das doenças infectocontagiosas por meio de intervenções e programas de atendimento aos profissionais da segurança pública - os policiais civis - promove-se saúde e evitam-se doenças no modelo de assistência oferecido pelo IAMSPE. A prevenção de doenças infectocontagiosas pode gerar uma melhora significativa no desenvolvimento profissional dos trabalhadores da segurança pública expostos diariamente aos riscos biológicos.

Segundo estudo realizado por Cardoso *et al.* (2004) na cobertura vacinal de funcionários de uma indústria, o enfermeiro, ao atuar na cobertura vacinal de funcionários, age como agente e/ou promotor da saúde do trabalhador. O foco, então, não é na doença, e sim na promoção de um trabalhador capaz, apto, sadio

e equilibrado, pois “pessoas saudáveis representam negócios saudáveis, sustentabilidade e desenvolvimento”.

Assim sendo, o Programa Prevenir, na medida em que permite vacinar os profissionais da área da segurança pública, reduz o número de colaboradores suscetíveis a esses tipos de doenças e pode oferecer dados para se avaliar até que ponto a vacinação preventiva é efetiva para a interrupção da transmissão das doenças infectocontagiosas.

Exemplos como o da campanha contra varíola e a poliomielite, bem como a proximidade da erradicação do sarampo em nosso território, demonstram os bons resultados dos programas de cobertura vacinal coordenados pelo Ministério da Saúde. No entanto, apesar de seu sucesso, grande parte do registro dessa história encontra-se sob o risco de perda, impossibilitando um melhor aproveitamento da experiência brasileira neste campo. Tal fato deve-se, entre outras, a ausência no âmbito da administração pública de arquivos que oriente e estimule a preservação criteriosa de acervos e a sistematização de informações, propiciando a perda de registros relevantes e agravando os problemas decorrentes do elevado grau de dispersão das fontes primárias disponíveis sobre o tema (PORTO; PONTE, 2003).

Desde o século XX, no período do episódio da “Revolta da Vacina”, a sociedade mudou. Campanhas de imunização foram realizadas para amenizar os problemas constatados a respeito da grande proporção das doenças infectocontagiosas adquiridas. O acontecido, “Revolta da Vacina”, reúne uma série de contribuições bastante significativas no que se refere ao complexo fenômeno que envolve a vacina, sua função e sua utilização social. Segundo Mendonça (2011), em entrevista ao Dr. Dráuzio Varella:

Quando se fala em vacinas, todo mundo pensa na vacinação das crianças, por meio da qual se busca obter imunidade contra agentes de doenças que o organismo não estaria preparado para combater. No entanto, não é só na infância que as vacinas se fazem necessárias. Jovens, adultos e especialmente pessoas mais velhas precisam estar em dia com o programa de vacinação.

Atualmente, muita coisa mudou nas campanhas desta natureza, onde se destacam os investimentos, as políticas públicas e as estratégias específicas para o público adulto.

Cardoso et al. (2004), em seu estudo sobre a cobertura vacinal de funcionários de uma indústria, afirma que a promoção e a proteção da saúde do trabalhador, incluindo a vacinação, contribui para a diminuição do absenteísmo e a melhoria da qualidade de vida do trabalhador. Diante deste cenário, este estudo que tem por problematização investigar os riscos biológicos envolvidos para a

atuação do policial civil, e visa fornecer dados que demonstrem a necessidade de campanhas de vacinação para estes profissionais, evidenciando a importância da adoção de barreiras para o enfrentamento das doenças infectocontagiosas, sobretudo as preveníveis, por esta classe social que se depara, no seu cotidiano, com situações imprevisíveis que os torna suscetíveis às referidas doenças, além de subsidiar a elaboração de ações que possibilitem a elaboração de projetos de prevenção de doenças, do ponto de vista da cobertura vacinal de profissionais da segurança pública.

Desta forma, o objetivo deste artigo é conhecer a situação vacinal de um grupo de profissionais (policiais civis) expostos a riscos biológicos.

METODOLOGIA

A presente pesquisa é quantitativa, na medida em que serão apresentadas medidas quantificáveis e inferências a partir de amostras de uma população, com o devido dimensionamento amostral e análise estatística. É também experimental, pois há intervenção no grupo estudado.

Este trabalho foi realizado por meio de estudo de campo e pesquisa bibliográfica. Foram registradas as doses de vacinas na Ficha Registro de Vacinas, a qual contém as mesmas informações que o Cartão de Vacinas e é devidamente arquivada no Ambulatório Médico da Polícia Civil de São Paulo, conforme Cartilha de Orientações da Secretaria da Saúde. Também foram anotadas a situação vacinal dos servidores e o número de vacinados após a intervenção prevista no programa. No estudo de campo foram avaliadas as campanhas de vacinação, visando equalizar a cobertura vacinal dos participantes do estudo. O estudo, objeto desta dissertação, iniciou-se a partir da análise estatística da população vacinada através de uma campanha havida no ano de 2006-2007, após uma ação integrada entre o Ambulatório Médico da Polícia Civil (Secretaria de Segurança Pública) e o Projeto Prevenir (Secretaria de Gestão Pública), de acordo com as fichas de registro, daquele departamento.

O Ambulatório Médico da Polícia Civil atende aos policiais civis e seus dependentes, por meio de demanda espontânea.

Após o contato inicial entre o IAMSPE e o Ambulatório Médico da Polícia Civil, a equipe de enfermagem do Setor de Enfermagem do Ambulatório Médico da Polícia Civil, localizado na zona central da cidade de São Paulo, fez um estudo sobre a implantação do programa e elaborou em conjunto com a equipe do Programa Prevenir um calendário de vacinação para ser executado nas delegacias seccionais e departamentos. A proposta era de uma cobertura vacinal total de pelo menos 20% do grupo de policiais lotados nas Seccionais e

departamentos, levando-se em conta a alternância dos locais de trabalho desses servidores.

O grupo atendido pelo programa estava restrito ao município de São Paulo. Para um maior sucesso deste, foi feito um trabalho de conscientização nas delegacias seccionais e departamentos sobre a importância da cobertura vacinal. A comunicação foi feita pela homepage da polícia civil e por e-mails enviados aos responsáveis pelas delegacias e departamentos. Nesta comunicação foi informado aos policiais que deveriam levar sua caderneta de vacinação, caso tivessem, a fim de que fosse verificada sua situação vacinal.

Foi também reforçada a informação que caso não tivessem a devida caderneta de vacinação, seriam orientados e vacinados se necessário. Nas datas agendadas, os profissionais de saúde foram até as delegacias seccionais e departamentos para efetuar a vacinação dos servidores ali lotados. A divulgação foi feita por meio da homepage da Polícia Civil e por cartazes colocados na sede da Polícia Civil, situada na Rua Brigadeiro Tobias – São Paulo – Centro.

Foi elaborada para cada servidor uma ficha de registro e uma caderneta de vacinação. A ficha ficou arquivada no Ambulatório Médico da Polícia Civil, e serviu de base para a pesquisa quantitativa desse estudo. Houve dispensa do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) pelo CEP (Comitê de Ética e Pesquisa), onde foi justificado que a pesquisa apenas seria feita através da coleta de dados de valores numéricos, conforme autorização, por meio das fichas de vacinação arquivadas no Ambulatório Médico da Polícia.

O objeto de estudo foi composto por policiais civis e servidores da Secretaria da Segurança Pública lotados em delegacias em São Paulo – Capital e em determinados departamentos. A participação dos policiais foi realizada por meio do sistema de comunicação interna da Polícia Civil. Os profissionais foram estimulados a participar da campanha por meio dos profissionais de saúde do ambulatório médico da Polícia Civil, bem como dos profissionais de saúde pertencentes ao Programa Prevenir, os quais foram de fundamental importância no esclarecimento de dúvidas desses profissionais em cada setor que comparecemos para vacinação, ou seja, nos departamentos e nas Seccionais de Polícia.

A coleta de dados foi feita a partir da análise e interpretação dos dados numéricos encontrados nas Fichas de Registro de Vacinas (Anexo 2) que estão devidamente arquivadas no ambulatório médico da Polícia Civil de São Paulo.

A análise de dados foi feita a partir de análise estatística, sendo os resultados apresentados em forma de quadros e gráficos. Foi verificado que 85% do grupo não possuía caderneta de vacinação e nem tampouco sabiam informar sobre a situação vacinal na vida adulta. No decorrer do programa, ao retornar aos locais de trabalho para doses sequenciais de vacinas, foi verificado que muitos policiais e servidores sofriam alterações nos seus locais de trabalho, ou seja,

mudança de departamento ou delegacia, o que dificultava o controle da cobertura vacinal.

A partir desta constatação foi detectada pela direção da Secretaria da Gestão Pública (Projeto Prevenir), a necessidade de uma sala de vacina no próprio Ambulatório Médico da Polícia Civil, a fim de dar continuidade ao programa de imunização. Foi de fundamental importância a implantação da sala de vacinas para que todos os policiais e servidores, a partir da divulgação, tivessem um local onde houvesse um acesso fácil e rápido a vacinação, mesmo considerando que todos os policiais e servidores têm conhecimento de que as vacinas estão disponíveis nas unidades básicas de saúde.

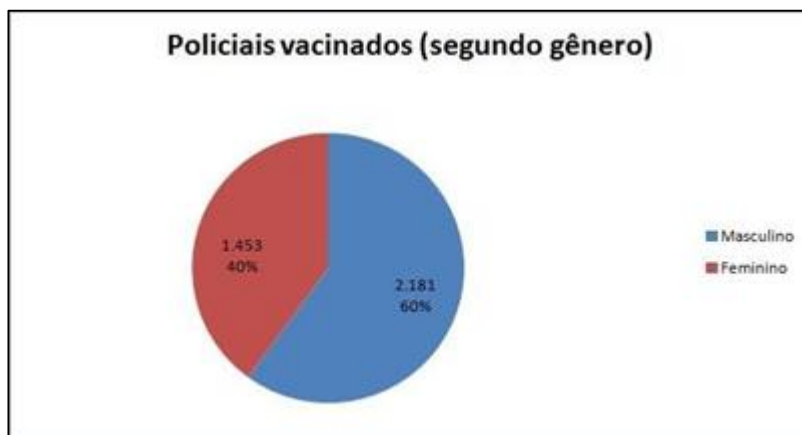
Observou-se nas fichas de vacina que foram vacinados durante a campanha 3.634 policiais e que 2.181 (60%) eram do gênero masculino e 1.453 (40%) eram do gênero feminino, contabilizando um total de 12.210 doses de vacinas.

Anteriormente à campanha, os dados eram inexistentes e, a partir da campanha, foi implantada a sala de vacinação no Ambulatório Médico da Polícia Civil, onde se mantém o registro e evolução de cobertura vacinal dos policiais.

RESULTADOS

Nos gráficos e quadros apresentados a seguir são mostrados os dados levantados durante a execução da campanha.

Figura 1. Policiais vacinados segundo gênero. Secretaria da Segurança Pública, 2006-2007.



Fonte: obtido pelas autoras.

O contingente vacinado está coerente com a proporção entre homens e mulheres na Secretaria da Segurança Pública. O total de servidores imunizados

durante a campanha foi de 3.634, sendo as doses distribuídas entre as vacinas dupla adulto, hepatite B e tríplice viral. O gráfico demonstra a prevalência do gênero masculino na instituição policial.

Quadro 1. Policiais vacinados segundo o número de doses de vacina dupla adulto aplicadas. Secretaria da Segurança Pública, 2006-2007.

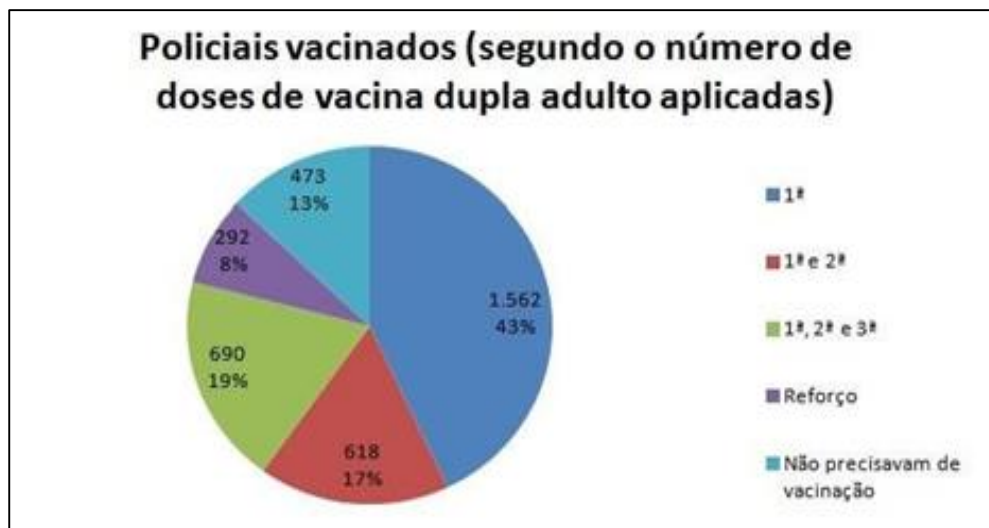
209

Doses	Quantidade	%Total
1ª	1.562	43
1ª e 2ª	618	17
1ª, 2ª e 3ª	690	19
Reforço	292	8
Não precisavam de vacinação	472	13

Fonte: obtido pelas autoras.

Foram disponibilizadas 3.162 doses da vacina dupla adulto. Observou-se que 40% das pessoas foram adequadamente vacinadas com três doses mais reforço e os demais não precisavam de outros reforços vacinais.

Figura 2. Vacinas dupla adulto.



Fonte: obtido pelas autoras.

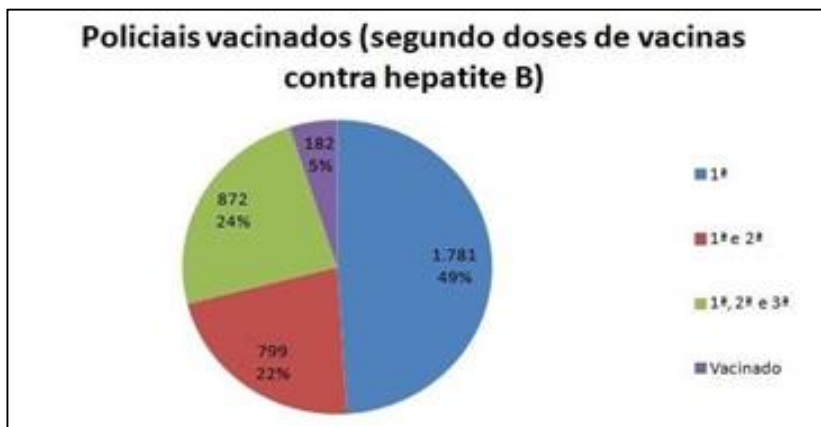
Quadro 2 - Policiais vacinados segundo doses de vacinas contra hepatite B. Secretaria da Segurança Pública, 2006-2007.

Doses	Quantidade	%Total
1ª	1.781	49
1ª e 2ª	799	22
1ª, 2ª e 3ª	872	24
Vacinado	182	5

Fonte: obtido pelas autoras.

Do total de 3.452 doses contra a hepatite B, houve o esquema completo de vacinação em 29% destes servidores, que incluiu os vacinados com três doses e os já vacinados. Os dados demonstram que a mudança do policial do seu local de trabalho dificultou um aumento da porcentagem de policiais com cobertura completa do esquema vacinal, reforçando necessidade de elaboração de estratégias para manutenção do calendário vacinal.

Figura 3. Vacina Hepatite B.



Fonte: obtido pelas autoras.

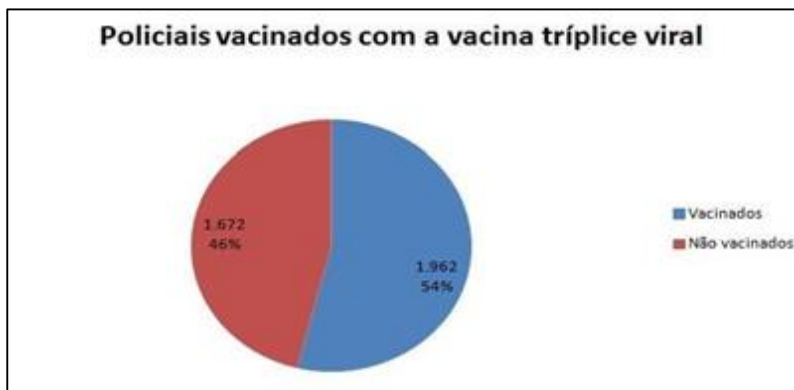
Quadro 3. Policiais vacinados com a vacina tríplice viral. Secretaria da Segurança Pública, 2006-2007.

	Quantidade	% Total
Vacinados	1.962	54
Não vacinados	1.672	46

Fonte: obtido pelas autoras.

O total geral de imunizados com a vacina tríplice viral foi de 1.962 doses. A vacina SCR (Sarampo, Caxumba e Rubéola) foi disponibilizada para 3.634 servidores, sendo que apenas 1.962 servidores tomaram a vacina, o que contabilizou 1.962 doses. Os 46% de policiais que não tomaram a vacina estavam fora do protocolo de imunização ou não quiseram tomar por razões que não foram apresentadas pelos próprios policiais. Esses dados caracterizam que é muito importante a conscientização sobre a significância da vacinação na vida adulta, bem como a criação de uma relação de confiança entre esse grupo específico e os agentes de saúde envolvidos, a fim de minimizar a ausência de cobertura vacinal total.

Figura 4. Vacina Tríplice Viral.



Fonte: obtido pelas autoras.

O total geral de doses de vacina aplicadas foram 12.210 doses com 3.634 servidores vacinados.

Sabe-se que a vacinação propicia resposta quase que imediata na prevenção de doenças. Mas é de fundamental importância que o indivíduo receba todas as doses necessárias, e para que isso ocorra, entre outras medidas, é

indispensável que haja a conscientização dos serviços sobre a cobertura vacinal na vida adulta.

A partir da implantação plena da campanha criou-se uma cultura na organização, onde os profissionais passaram a buscar espontaneamente o Ambulatório Médico para manter a sua situação vacinal em ordem e atualizada.

DISCUSSÃO

Uma política pública de saúde tem suas chances de sucesso aumentadas exponencialmente quando há vontade política e a colaboração de todos os agentes envolvidos. Neste sentido, a parceria entre as secretarias da Gestão Pública, da Saúde e da Segurança Pública foi de fundamental importância para a efetividade nas campanhas de vacinação direcionadas aos policiais civis e servidores da Secretaria da Segurança Pública. Campanhas de vacinação como as do Projeto Prevenir são altamente necessárias, pois resultam em uma mudança cultural de uma sociedade. Isto pode ser observado por meio da análise dos resultados alcançados com a campanha, que demonstram a efetividade de uma ação organizada e planejada para benefício de um grupo exposto a situações de risco e que, até a implantação desta, não tinha a consciência da importância da vacinação na vida adulta.

Estudo realizado na Filadélfia, EUA, em 2014, concluiu que uma maior quantidade e qualidade de informações disponíveis sobre a exposição de policiais a doenças infectocontagiosas aumenta a capacidade de oferecer educação em saúde focada para esse público, além de possibilitar a elaboração de programas de vacinação para esses. Outro estudo realizado em Amsterdã revelou que uma melhor sistematização das informações sobre casos de contaminação por patógenos contribuiu para a minimização dos riscos de infecção de policiais por doenças evitáveis por vacinação, como por exemplo, a hepatite B. Dessa forma, o presente trabalho, ao reunir e analisar dados sobre a vacinação de policiais mostra-se fundamental para melhorar a atenção primária à corporação da polícia civil, tornando-se a base para a elaboração de um programa sólido de prevenção de doenças para esse público. A participação de diversos órgãos governamentais da área da segurança e da saúde pública é fundamental para obter tal melhoria na saúde policial.

Considera-se que, a partir da conscientização e implantação de uma cultura de prevenção no grupo estudado, os melhores resultados serão verificados em longo prazo, o que poderia se constituir em objeto de um novo estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado desse trabalho permitiu a percepção mais clara da situação vacinal de um grupo de profissionais expostos a riscos biológicos, os policiais civis, e a valorização da importância do trabalho colaborativo entre órgãos governamentais para uma efetiva cobertura vacinal, a fim de evitarmos as doenças imunopreveníveis, sobrepondo a saúde à doença. Percebeu-se também que se tratava de um grupo de profissionais vulneráveis com cobertura vacinal aquém da preconizada. Alguns fatores expressaram desigualdades as quais representam as barreiras para a vacinação completa o que mais uma vez indica a necessidade de reforçar políticas mais equitativas. Diversos encontros se deram a fim de alinharmos as equipes de profissionais de saúde do Programa Prevenir com os profissionais de saúde do Ambulatório Médico da Polícia Civil de São Paulo.

O desenvolvimento desse trabalho proporcionou resultados claros de que uma ação integrada entre órgãos governamentais é proveitosa a todos os envolvidos e o conhecimento desses fatores contribui de forma acentuada para o planejamento de medidas de promoção vacinal ajustadas aos grupos mais vulneráveis.

Considerando que a vacinação é conduta fundamental na prevenção de algumas patologias e que a cobertura vacinal desses agentes trouxe uma percepção clara da necessidade da implantação de uma sala de vacinas no próprio Ambulatório Médico da Polícia Civil, estimulando a cultura e manutenção dessa prática pelos policiais.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, V. et al. A importância da vacinação antigripal na promoção da saúde do trabalhador. **56º Congresso Brasileiro de Enfermagem**. Gramado, RS. 2004. Disponível em: <<http://www.bstorm.com.br/enfermagem/indexp2.php?cod=61506&popup=1>>. Acesso em: 08 jun. 2014.

MENDONÇA, J. S. **Vacinação de adultos**. 2011. Disponível em: <<http://drauziovarella.com.br/envelhecimento/vacinacao-de-adultos/>>. Acesso em: 09 jun. 2014.

MINAYO, M. C. S. et al. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 4, p. 2199-2209, 2011.

MORAES, J.C. et al. Qual é a cobertura vacinal real? **Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde**, n.12, p. 147-153, 2003.

NOGUEIRA, D. P. Incorporação da saúde ocupacional à rede primária de saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 18, p. 495-509, 1984.

ODA, L. M.; AVILA, S. M. (Org.). PÔRTO & PONTE. Vacinas e campanhas: as imagens de uma história a ser contada. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v.10, suppl.2, Rio de Janeiro 2003.

PÔRTO. A; PONTE, C. F. Vacinas e campanhas: as imagens de uma história a ser contada. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v.10, suppl.2, Rio de Janeiro 2003.

SONDOR G. J. et al. Occupational exposure to bloodborne viruses in the Amsterdam police force, 2000-2003. **American Journal of Preventive Medicine**, v. 28, 2 ed, p 169-74. Fev 2005.

As autoras declararam não haver qualquer potencial conflito de interesses referente a este artigo.